

SUJEITOS SOCIAIS NA PESCA E AQUICULTURA SOCIAL

SUBJECTS IN FISHING AND AQUACULTURE

SUJETOS SOCIALES EN LA PESCA Y ACUICULTURA

Lottermann, Diulha Prestes

Socoloski, Thaimon da Silva

Cardoso, Eduardo Schiavone

RESUMO

Os conflitos territoriais e socioambientais em áreas pesqueiras estão relacionados às diferentes questões, atores e fatores, tais como áreas de expansão do turismo, impactos das hidrelétricas, especulação imobiliária, degradação ambiental, dentre outros. Tais conflitos variam de acordo com a realidade local onde estes sujeitos residem e resistem. Desta forma, tem-se como objetivo geral a discussão sobre os impactos destes conflitos nas comunidades pesqueiras. O texto estrutura-se em dois momentos, a saber: a) revisão bibliográfica sobre a temática, a partir da análise de dados destes conflitos e como estes impactam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura; b) observações e discussões desenvolvidas com os estudantes na disciplina de "Geografia, Pesca e Aquicultura", ofertada no primeiro semestre de 2022 para os cursos de Geografia – Licenciatura Plena e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria, onde ficaram evidenciadas situações de conflitos presentes ao longo do território brasileiro.

Palavras Chave: Pesca. Pescadores. Conflitos. Educação. Geografia.

ABSTRACT

Territorial and socio-environmental conflicts in fishing areas are related to different issues, actors, and factors, such as: areas of touristic expansion, impacts of hydroelectric plants, real estate speculation, environmental degradation. Such conflicts vary according to the local reality where these subjects reside and resist. Thus, the general aim is to discuss the impacts of these conflicts on fishing communities. The text is structured in two moments: a) bibliographical review on the topic, based on data analysis of these conflicts and how they impact the lives of fishing and aquaculture workers; b) observations and discussions developed with students in the "Geography, Fisheries and Aquaculture" discipline, offered in the first semester of 2022 for Geography courses – Full Degree and Bachelor's Degree at the Federal University of Santa Maria, in which present conflict situations were highlighted throughout Brazilian territory.

Key words: Fishing. Fishermen. Conflicts. Education. Geography.

RESUMEN

Los conflictos territoriales y socioambientales en las zonas pesqueras están relacionados con diferentes cuestiones, actores y factores, tales como: áreas de expansión del turismo, impactos de las centrales hidroeléctricas, especulación inmobiliaria, degradación ambiental. Tales conflictos varían según la realidad local donde residen y resisten estos sujetos. Así, el objetivo general es discutir los impactos de estos conflictos en las comunidades pesqueras. El texto se estructura en dos momentos: a) revisión bibliográfica sobre el tema, a partir del análisis de datos de estos conflictos y cómo impactan la vida de los trabajadores de la pesca y la acuicultura; b) observaciones y discusiones desarrolladas con estudiantes de la disciplina "Geografía, Pesca y Acuicultura", ofrecida en el primer semestre de 2022 para las carreras de Geografía – Licenciatura y Licenciatura de la Universidad Federal de Santa María, donde se resaltaron las situaciones de conflicto presentes en el territorio brasileño.

Palabras Clave: Pesca. Pescadores. Conflictos. Educación. Geografía.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal e a aquicultura são constantemente áreas de conflitos socioambientais e territoriais, que envolvem muitas questões, atores e fatores. A forma em que esses conflitos ocorrem no espaço é influenciada pela interação destes diversos componentes e, principalmente, pelo contexto local, onde as comunidades pesqueiras resistem.

Visando este cenário, o presente texto busca trazer uma discussão sobre os sujeitos sociais envolvidos, utilizando-se do referencial teórico e das atividades realizadas com alunos e alunas da disciplina de "Geografia, Pesca e Aquicultura", do curso de Graduação em Geografia - Licenciatura Plena e Geografia - Bacharelado, na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho está elencado em dois momentos, a saber: a) revisão bibliográfica sobre a temática, a partir da análise de dados dos conflitos socioambientais e territoriais nas comunidades pesqueiras e como estes impactam na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura; b) observações e discussões desenvolvidas com estudantes da disciplina "Geografia, pesca e aquicultura", ofertada no primeiro semestre de 2022 para os cursos de Geografia – Licenciatura Plena e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria.

A base para a elaboração da discussão sobre os conflitos foram os materiais que abordam a temática no Brasil, tais como o texto "Conflitos por território na pesca artesanal brasileira" (DE PAULA, 2020) e a análise dos dados elaborados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, através dos relatórios publicados em 2016 - "Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil" (TOMÁZ; SANTOS, 2016), e em 2021 - também intitulado "Conflitos socioambientais e violação de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil - Relatório 2021" (BARROS; MEDEIRO; GOMES, 2021). Para além, demais fontes foram utilizadas pelos alunos e alunas, como matérias de jornais, textos acadêmicos, relatórios e o material de apoio da disciplina.

No total, foram elencadas quatro áreas de conflitos, apresentados nos seminários ao longo da disciplina, a saber: conflitos territoriais e ambientais no litoral do estado do Espírito Santo, na Baía de Guanabara e litoral fluminense - no estado do Rio de Janeiro, no litoral do estado do Ceará e no estado do Maranhão.

Como forma de centrar a análise dos resultados, o presente artigo apresentará uma discussão geral sobre os impactos nos estados do Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro, e de maneira mais detalhada os principais conflitos territoriais e seus impactos no litoral do estado do Ceará, levando em consideração os dados apresentados nos relatórios do CPP dos anos de 2016 e 2021, bem como demais fontes. De maneira a elucidar a localização dos conflitos apontados, serão apresentados dois mapas: o primeiro com a localização dos conflitos analisados pelos alunos e alunas no território brasileiro, e o segundo referente aos conflitos no litoral do estado do Ceará.

REVISÃO DAS MATRIZES TEÓRICAS

A disciplina de "Geografia, pesca e aquicultura" apresenta a contribuição da ciência geográfica na análise da questão pesqueira e aquícola, aplicada aos estudos com comunidades litorâneas e ribeirinhas, fornecendo um quadro geral do setor pesqueiro e da aquicultura brasileira, além de experiências de projetos e demandas das comunidades pesqueiras e dos movimentos sociais dos pescadores no Brasil, relacionados sobretudo às questões territoriais, produtivas e ambientais. Tem sido ofertada de forma regular como Disciplina Complementar de Graduação – DGC, para os Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da UFSM, desde o ano de 2006, inicialmente intitulada "Geografia e a questão pesqueira".

A relação entre a ciência geográfica e os estudos pesqueiros se evidencia, dentre outros aspectos, na necessidade de discussão, sobretudo na educação, referente aos processos de trabalho e a dinâmica de

ocupação e apropriação dos espaços ribeirinhos, marítimos e litorâneos. Cardoso (2012), a partir do caderno didático elaborado pelo autor nos temas ligados à atividade pesqueira e aquícola, aponta que há uma carência de materiais sistematizados que contemplem o estudo das questões relacionadas ao mar, à pesca e a aquicultura voltadas ao ensino, onde nos defrontamos com um paradoxo: “a ausência de informações sobre as atividades marítimas e pesqueiras e a representação que se faz dessas atividades” (CARDOSO, 2012, p. 7).

Desta forma, tratar sobre tais temas em sala de aula é um importante caminho para que se elucidem as reais demandas das comunidades pesqueiras e aquícolas e dar visibilidade a este setor social e produtivo de importância mundial.

A bibliografia utilizada está centrada nas comunidades de pescadores e seus conflitos, vivenciados em relação às questões envolvem seus espaços de produção e reprodução. Este levantamento é balizador das discussões que se seguem, a partir das pesquisas e trabalhos realizados pelos discentes ao longo da disciplina citada. As principais temáticas abordadas apontam que estes conflitos se devem a diferentes causas, como o acesso à moradia, urbanização, industrialização, práticas turísticas, exploração de petróleo, pesca industrial, assoreamento, diminuição da qualidade e da quantidade do pescado, dentre outros.

No que tange os materiais utilizados em aula, o texto “Conflitos por território na pesca artesanal brasileira” (DE PAULA, 2020) evidencia a emergência de impactos, disputas e conflitos na pesca artesanal brasileira, a partir da análise de 71 dissertações e teses, defendidas por geógrafos/as entre 1982 e 2015. De modo geral, fica evidente que os conflitos por território estão relacionados principalmente às questões fundiárias, turismo, unidades de conservação e especulação imobiliária.

Ainda de acordo com De Paula (2020), a manifestação de conflitos por território se distingue regionalmente no Brasil: na Região Nordeste, o turismo é apontado como principal atividade que entra em conflito por território com as comunidades de pescadores; nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o principal conflito por território é fundiário, onde o avanço do agronegócio sobre as comunidades tradicionais ocorre de forma ainda mais violenta; na Região Sudeste, a urbanização chegou ao território pesqueiro e se intensificaram conflitos decorrentes da especulação imobiliária, onde conflitos fundiários também são apontados, sobretudo em casos de comunidades que resistem em seus territórios tradicionais; por fim, na Região Sul, o conflito com unidades de conservação é o mais evidente, seguido pelos conflitos fundiários.

O relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil” (TOMÁZ; SANTOS, 2016) trata de uma coletânea de informações sobre a violência sofrida pelas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais que vivem em águas continentais e ao longo do litoral brasileiro. Trata-se de uma iniciativa na perspectiva de dar visibilidade à identidade tradicional, sociocultural e econômica das comunidades pesqueiras em seus territórios.

Os conflitos apresentados no Relatório de 2016 possuem uma temporalidade que margeia ao menos cinco décadas de imposição do capital sobre as comunidades. São apresentadas as categorias de tipos de conflitos mais citados pelas comunidades acompanhadas, entre eles, a saber: especulação imobiliária, empreendimentos turísticos, privatização das terras públicas, carcinicultura e piscicultura, degradação ambiental, pesca predatória, parque eólico, ameaças e homicídios, barragens, restrição de acesso, indústria naval, indústria petrolífera, dentre outros.

Indo ao encontro, o Relatório de 2021 (BARROS; MEDEIROS; GOMES, 2021), referente ao período entre os anos de 2018 e 2019 (edição que buscou também evidenciar o agravamento dos conflitos durante a pandemia de COVID-19) reúne e analisa conflitos socioambientais existentes em comunidades tradicionais pesqueiras, identificando suas origens, principais atores envolvidos e impactos desses conflitos na vida do povo e na organização comunitária.

Apresenta também as estratégias que as comunidades têm usado no enfrentamento desses conflitos, bem como evidencia o processo histórico de grilagem e apropriação de terras públicas. De modo geral, ambos relatórios apresentam uma série de impactos na vida dos pescadores, apontando, para além dos citados

anteriormente, que os conhecimentos tradicionais não são sequer mensurados nos relatórios de impactos ambientais.

De acordo com o relatório, a atividade privada é a principal causadora das violações contra as comunidades e a atuação estatal agrava as violações, porém, são os interesses privados associados os maiores violadores que emergem dos dados. Assim, a partir dos dados extraídos, é possível perceber que a maioria dos conflitos tem mais de 10 anos (66% do total de conflitos) ou tem duração entre 6 e 10 anos (19% dos conflitos).

De Paula (2023, p. 128) destaca sobre os causadores de tais impactos, sobretudo econômicos, onde para o autor

As atividades econômicas utilizam o território por meio de uma lógica de apropriação/domínio descomprometida com a perenidade dos recursos, pois visam apenas desenvolver seus processos, resultando em impactos e conflitos. As disputas no território ocorrem tanto pelos recursos pesqueiros quanto pelo local adequado para a realização de outras atividades econômicas.

As disputas no território provocam pressões aos pescadores tradicionais e também aos territórios de moradia e vivência, pois determinadas atividades impõem seu domínio sobre o território e geram impactos ao ambiente. Quando a pesca artesanal e essas atividades não estão em equilíbrio, surgem conflitos e a perda territorial dos pescadores artesanais se torna cada vez mais frequente (DE PAULA, 2023). Ainda para o autor, “as resistências das comunidades expõem situações de tensão, em que os sujeitos sociais enfrentam o avanço do capital sobre seus territórios” (DE PAULA, 2023, p. 74).

De acordo com Rodrigues (2012), os seres sociais na pesca se identificam como sociais em decorrência do intercâmbio que travam na sociedade, tornando-se sujeitos de práxis, sejam elas produtivas, artísticas, científicas ou sociais. Ainda para o autor,

O ser social pescador é a unidade resultante do intercâmbio com a natureza e com outros homens, pois, ao interagir com a natureza, modifica-a em decorrência de suas necessidades, e, ao interagir com outros homens, mesmo em oposição, vai-se determinando como pescador. Desta forma, em suas relações, estabelecem outras formas de intercâmbio com a natureza e com os outros homens e, por conseguinte, configuram-se delineamentos diferenciados do ser social (RODRIGUES, 2012, p. 45).

Entende-se então que os pescadores, pelo trabalho que desenvolvem, transformam a natureza e transformam a si mesmos, transcendendo a esfera do ser natural na medida que configuram finalidades diferenciadas para a natureza, produzindo objetividades materiais - como instrumentos de pesca, bem como ideacionais - como valores, habilidades e conhecimentos, também diferenciadas, considerando-se a possibilidade de comparação com o trabalho realizado por outros grupos sociais (RODRIGUES, 2012).

OS SUJEITOS SOCIAIS DA PESCA E DA AQUICULTURA FRENTE AOS CONFLITOS

As áreas analisadas ao longo das apresentações dos seminários abrangeram distintas regiões do país, onde foram abordados conflitos nos estados do Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo, conforme o mapa da Figura 1 apresenta.

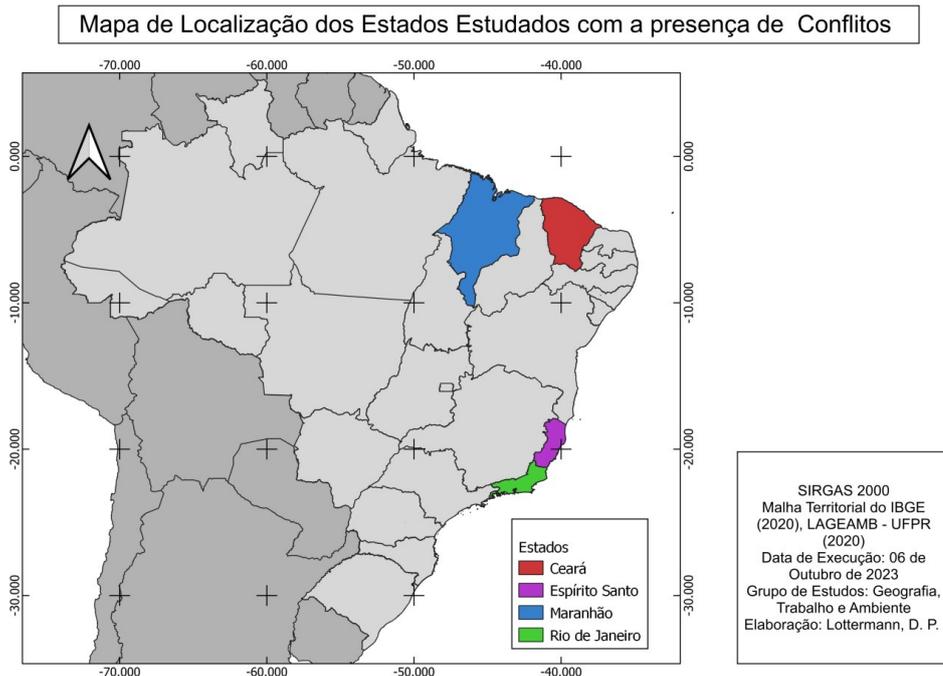
No Maranhão, os dados de 2016 abrangem conflitos nas áreas dos municípios de Cândido Mendes, Carutapera, Paço do Lumiar, Pio XII, São Luís, Pinheiro e Santa Helena – em distintas regiões do estado e envolvendo cerca de 22.000 famílias. Em 2021, 18 comunidades são citadas nos municípios de Anajuba, Araiases, Barreirinhas, Paulino Neves, Santo Amaro, São Luís e Tutóia. As principais problemáticas estão relacionadas aos conflitos de terra, conflitos com o agronegócio, criação de unidades de conservação, implantação portuária, pesca predatória, assoreamento, diminuição da qualidade e da quantidade do pescado,

No Espírito Santo os conflitos identificados no relatório de 2016 envolviam o município de Linhares, especificamente a comunidade de Regência. No relatório de 2021 este mesmo município é citado em conflitos que envolvem as comunidades de Regência e Povoação, acrescido do município de Serra, onde é identificada a comunidade de Jacaraípe. Os principais problemas apontados nos relatórios estão relacionados ao acesso à

moradia, urbanização, industrialização, turismo, exploração de petróleo, pesca industrial e mineração.

No Rio de Janeiro, o relatório de 2016 destaca as Baías de Sepetiba e Guanabara como locais de inúmeros conflitos que acabam por restringir as áreas de acesso para os pescadores exercerem seu ofício, com decorrentes ações de violência e assassinatos de pescadores. No relatório de 2021, além de municípios das Baías de Guanabara e Sepetiba, outras áreas são citadas - tais como municípios do Norte Fluminense e da chamada Região dos Lagos, e os principais conflitos apontados continuam sendo relacionados à perda do espaço da pesca na região, bem como a contaminação das águas, sendo uma consequência direta da exploração petrolífera e da urbanização.

Figura 1: Mapa de localização dos estados estudados com a presença de conflitos



Fonte: Tomáz & Santos (2016); Barros, Medeiros & Gomes (2021).

No litoral do estado do Ceará foi identificado que a pesca artesanal enfrenta uma série de desafios, que atravessam questões ambientais a territoriais. Estes conflitos estão relacionados à degradação ambiental, à especulação imobiliária, às indústrias e, principalmente, aos complexos de produção de energia eólica, a carcinicultura e aos empreendimentos turísticos. Neste estudo, foram identificados e mapeados os conflitos em sete comunidades de pescadores artesanais ao longo do litoral, abrangendo cinco municípios e envolvendo um total de 2.273 famílias.

As causas desses conflitos e os agentes sociais envolvidos são diversos. A seguir, serão apresentadas as comunidades e os conflitos identificados em cada uma delas, juntamente com os principais agentes causadores desses embates, segundo os dados disponibilizados pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, no relatório de 2021:

- Quilombo do Cumbe: localizada no município de Aracati, esta comunidade enfrenta conflitos relacionados à carcinicultura, parques eólicos, especulação imobiliária, restrição de acesso e a Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará). Os agentes causadores de conflitos foram identificados como veranistas, empresas públicas e privadas, governo e agentes privados.

- Canaveira: também localizada no município de Aracati, esta comunidade lida com conflitos relacionados à aquicultura, desmatamento, parques eólicos e venda de terras. Neste caso, os principais envolvidos são agentes e empresas privadas.

- Sitio Jardim: parte do município de Fortim, esta comunidade enfrenta conflitos ligados a parques eólicos, restrição de acesso, aquicultura e especulação imobiliária. Os principais causadores desses conflitos são fazendeiros, latifundiários e agentes privados.

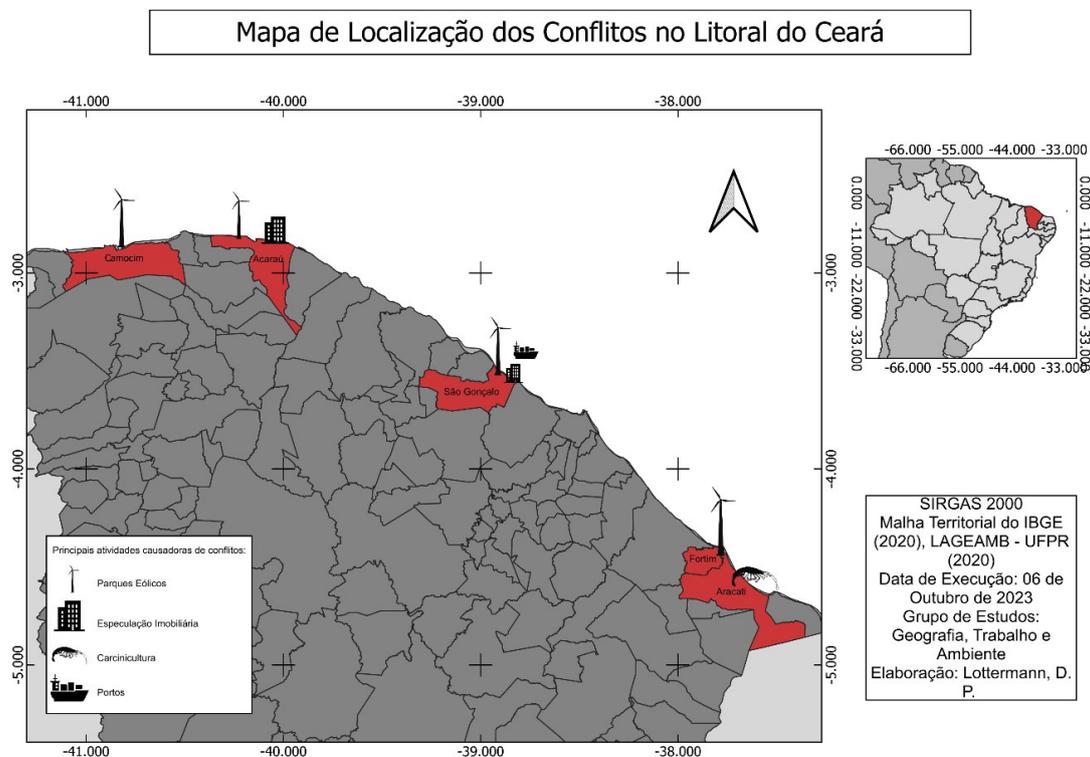
- Vila da Volta: assim como as comunidades de Canaveira e Quilombo do Cumbe, faz parte do município de Aracati e apresenta conflitos relacionados à aquicultura, desmatamento, esgoto urbano, especulação imobiliária, carcinicultura, parques eólicos e restrição de acesso. Neste caso, estão envolvidos agentes e empresas privadas, bem como o governo.

- Praia de Xavier: localizada no município de Camocim, os principais conflitos se concentram na restrição de acesso e nos parques eólicos, sendo empresas privadas os principais agentes causadores.

- Comunidade Taiba: faz parte do município de São Gonçalo e enfrenta conflitos causados pela construção de portos/indústria naval, desmatamento, dragagem, parques eólicos, empreendimentos turísticos e especulação imobiliária. Os principais envolvidos são agentes e empresas privadas.

- Curral Velho: localizada no município de Acaraú, esta comunidade apresenta conflitos relacionados à especulação imobiliária, desmatamento, carcinicultura, restrição de acesso e parques eólicos. As empresas e agentes privados desempenham um papel significativo nesses conflitos.

Figura 2: Mapa de localização dos conflitos no litoral do Ceará (Brasil)



Fonte: Barros, Medeiros & Gomes (2021).

Um dos fatores causadores de conflito é a geração de energia eólica, que teoricamente é tida como fonte de energia limpa e renovável. No entanto, a instalação das turbinas eólicas acarreta impactos diretos no ambiente, além de privatizar o espaço e alterar toda a paisagem. Devido à localização privilegiada do estado do Ceará, o seu litoral tem sido uma das principais áreas de implementação desse modelo de produção de energia, causando sérios danos às comunidades pesqueiras. Além disso, a chegada e ampliação da carcinicultura também provocaram sérios conflitos socioambientais, incluindo a mortandade das espécies nativas e a alteração de seus ciclos de reprodução, a destruição dos ecossistemas de manguezais e a contaminação do ambiente.

O turismo e a especulação imobiliária também são muito presentes na realidade enfrentada pelos pescadores artesanais no litoral do Ceará, pois a titularidade da terra não é garantida, muitas vezes inexistente. Resorts e demais empreendimentos voltados para o turismo, ocupam cada vez mais as áreas que garantem a sobrevivência dessas comunidades, privatizando e tirando o direito de acesso às terras.

CONSIDERAÇÕES

De maneira geral, o que se observa é uma emergência de conflitos, suprimindo cada vez mais a prática da pesca artesanal e sobretudo a sobrevivência destas comunidades perante o avanço e ataques do grande capital, a partir de multinacionais e também dos governos locais, onde se observa a crescente influência de empresas públicas nestes conflitos. Os impactos sociais e ambientais são inúmeros e revelam a importância da questão do espaço de vida, morada e trabalho destas comunidades que articulam os meios terrestres e aquáticos. Dito de outra forma a importância do território e da geografia, para a produção e reprodução destas comunidades.

Tratar tais assuntos no ensino formal de Geografia, para estudantes de graduação, em um componente curricular específico, permite vislumbrar e dar visibilidade para as comunidades de pescadores em suas resistências, como agentes produtores do espaço geográfico e na afirmação mediante as lógicas hegemônicas que tentam suprimir suas existências.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Sávio; MEDEIROS, Alzira; GOMES, Erina Batista. **Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**: Relatório 2021. Conselho Pastoral dos Pescadores. Olinda/PE, 2021.
- CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Mar, pesca e aquicultura**: elementos para o estudo de Geografia do Brasil. Departamento de Geociências, CCNE. Coleção Naturais e Exatas, UFSM. Santa Maria, 2012.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Conflitos por território na pesca artesanal brasileira**. Rev. NERA. Presidente Prudente, v. 23, n. 51, pp. 180-204, Jan-Abr/2020.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Geografias da pesca artesanal brasileira**. 1. ed. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, 2023.
- LIMA, Maria do Céu. **Pesca artesanal, carcinicultura e geração de energia eólica na zona costeira do Ceará**. Rev. Terra Livre. Dourado, v.2, n.31. Jul-Dez/2008.
- RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá/Pará**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.
- TOMÁZ, Alzení de Freitas; SANTOS, Gilmar. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF. 2016. 104p.